

Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012

1

Constituição Federal	Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012	Emendas de redação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Emendas de Plenário
		EMENDA Nº 1– CCJ (DE REDAÇÃO) Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012, a seguinte redação:	
	Altera o art. 132 da Constituição Federal.	Altera o art. 132 da Constituição Federal, para dispor sobre o cargo de Procurador de Município.	
	AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:		
		EMENDA Nº 2– CCJ (DE REDAÇÃO) Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012, a seguinte redação:	EMENDA Nº 3 – PLEN (à Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012) Dê-se ao art. 132 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da PEC nº 17, de 2012, a seguinte redação: EMENDA Nº 4, DE 2013 – PLEN (à PEC nº 17, DE 2012) O artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:
	Art. 1º O art. 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 1º O art. 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:	EMENDA Nº 4, DE 2013 – PLEN Art. 1º O artigo 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de	Art. 132. Os Procuradores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em Carreira, na qual o	Art. 132. Os Procuradores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em carreira, na qual o	EMENDA Nº 3 – PLEN Art. 132. Os Procuradores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com mais de cinquenta mil habitantes,



Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012

2

concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.	ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica dos respectivos entes federados.	ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica dos respectivos entes federados.	organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica dos respectivos entes federados.”(NR) EMENDA Nº 4, DE 2013 – PLEN Art. 132 Os Procuradores dos Estados, Municípios e Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
			EMENDA Nº 4, DE 2013 – PLEN § 1º Aplica-se o estabelecido no <i>caput</i> apenas para os Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes.
Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.	Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.”(NR)”(NR)	EMENDA Nº 4, DE 2013 – PLEN § 2º. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias, quando for o caso.” (NR)
	Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.		

2

